

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Nos últimos anos, a Klabin fez investimentos expressivos em seus negócios, dobrou a sua capacidade de produção, ingressou em novos mercados e reforçou a sua consolidação como uma empresa única, com um mix de produtos sem paralelo na indústria nacional. A Companhia, que se destaca por sua competitividade, capacidade de resiliência nos momentos de crise econômica e de crescimento acelerado em cenários positivos, alta produtividade florestal e expressivos resultados financeiros, também se sobressai em relação à qualidade e aceitação de seus produtos nos mercados interno e externo, práticas de sustentabilidade e visão de futuro.

Encerramos o ano de 2017 com grandes conquistas. Atingimos recorde de produção de cartões na Unidade Monte Alegre; tivemos ampla aceitação da celulose *fluff* nos mercados em que ingressamos – doméstico e internacional –, o que demonstra que o produto já atingiu os mais altos padrões de qualidade; finalizamos o processo de *ramp up* da Unidade Puma com sucesso e fechamos o ano com volume de produção de 1,4 milhão de toneladas de celulose na nova fábrica; aumentamos nossa participação no mercado de embalagens de papelão ondulado; e inauguramos um moderno e avançado Centro de Tecnologia, que nos posiciona em um novo patamar em relação ao tema inovação.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável é uma premissa para os negócios da Klabin e a sustentabilidade é um diferencial competitivo da empresa. As tendências mundiais em comportamento de consumo apontam para um novo perfil de consumidor, que busca alternativas mais customizáveis e sustentáveis.

Nesse sentido, as embalagens deixam de ser uma mercadoria e se tornam um fator de decisão de compra na cadeia de consumo. A Klabin está preparada para oferecer ao mercado as melhores soluções para essa nova tendência, com embalagens seguras, leves e eficientes. Os atributos de sustentabilidade dos nossos papéis se sobressaem em relação às demais opções de embalagens disponíveis hoje no mercado, já que nossos produtos são recicláveis, renováveis, biodegradáveis, flexíveis e se adequam às novas demandas dos clientes em um mercado que busca otimização de forma consciente.

O recém-inaugurado Centro de Tecnologia da Klabin, um dos mais modernos do setor de papel e celulose, consolida os investimentos nas frentes de pesquisa e desenvolvimento das áreas de negócio da Companhia. São cinco rotas de pesquisa voltadas para qualidade da madeira e recursos florestais, desenvolvimento de novos produtos e aplicações em celulose e papéis para embalagens e meio ambiente. Entre as promissoras frentes de atuação do Centro, a Klabin destaca as pesquisas em bioproducts, alternativa de base renovável que mudará os padrões da indústria em um futuro próximo.

Com uma elevada produtividade florestal, reconhecida como uma das melhores do mundo, e a recente expansão na produção de celulose, a empresa já se prepara para um novo ciclo de crescimento.

Agradecemos aos controladores da Klabin e ao seu Conselho de Administração pelo compromisso na construção da histórica trajetória de sucesso da Companhia. Aos colaboradores diretos e indiretos que contribuíram para que fechássemos o ano de 2017 com o 26º trimestre consecutivo de crescimento nos resultados financeiros. E também aos clientes, fornecedores, parceiros e investidores por confiarem em nosso modelo de negócio único e por mais um ano de grandes conquistas.

Considerações Iniciais

Destques de 2017

Volume de Vendas de Celulose 1.355 mil toneladas	• Com a finalização do ramp up da Unidade Puma durante o 2T17, as vendas de celulose em 2017 atingiram 1.355 mil toneladas, crescimento de 70% em relação ao ano de 2016, inauguração da unidade.
Volume de Vendas de Embalagens 8% de crescimento	• Volume de vendas de embalagens, que engloba as vendas de papelão ondulado e de sacos industriais, totalizou 761 mil toneladas em 2017, aumento de 8% na comparação com o ano anterior.
Receita de Vendas R\$ 8.373 mi	• Impulsionada pelo maior volume de celulose, pelas maiores vendas de papéis e embalagens, e pelos preços internacionais, a receita líquida de vendas atingiu R\$ 8.373 milhões em 2017, 18% acima do registrado em 2016.
EBITDA Ajustado R\$ 2.738 mi	• O EBITDA Ajustado foi de R\$ 2.738 milhões no ano, crescimento de 20% na comparação com 2016.
Inauguração do NOVO CENTRO DE TECNOLOGIA	• Em junho, a Klabin inaugurou seu novo centro de tecnologia em Telêmaco Borba (PR). Com 5 diferentes rotas de pesquisa, o novo centro completa a integração das frentes de pesquisa e desenvolvimento e amplia os esforços da Companhia antecipar tendências e criar novas tecnologias e aplicações sustentáveis.

Sumário de 2017

O início do ano de 2017 foi marcado pelo aumento da confiança em relação à retomada da economia brasileira, com queda da inflação e das taxas de juros, com maior estabilidade cambial e com valorização do Ibovespa. Mesmo com incertezas em relação à aprovação das reformas e turbulências no cenário político, os indicadores econômicos evoluíram de maneira positiva ao longo dos meses, refletindo na recuperação do PIB (Produto Interno Bruto), que apresentou resultados trimestrais crescentes ao longo do ano. Neste contexto de retomada gradual de crescimento, a taxa de câmbio em 2017 apresentou menor volatilidade do que no ano anterior, com taxa média de R\$ 3,20/US\$, 8% abaixo de 2016 e cotação final de R\$ 3,31/US\$.

A melhora dos indicadores econômicos com o passar dos meses em 2017 elevou também os números dos mercados de papéis e embalagens. Assim, a expedição brasileira de papelão ondulado apresentou níveis crescentes ao longo do ano segundo os números divulgados pela Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO), e fechou 2017 com crescimento de 4,9% na comparação com o ano anterior. Dados preliminares divulgados pela Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ – antiga Bracelpa) sinalizaram crescimento de 4,2% no mercado de cartões (excluindo cartões para líquidos) na mesma comparação. Nos mercados de celulose de fibra curta, longa e *fluff*, os preços internacionais em patamares elevados também influenciaram o mercado nacional, com impactos em preço e com um ambiente mais favorável para os produtores nacionais.

No cenário internacional, apesar de incertezas no campo político com eventos que geraram volatilidade nas bolsas mundiais como o *Brexit*, as eleições americanas e a intensificação das ameaças vindas da Coreia do Norte, o ano também foi de sinais positivos no campo econômico, com o bom desempenho das economias da China e dos Estados Unidos. Esse bom desempenho econômico, aliado a restrições de uso de aparas mistas por questões ambientais em mercados asiáticos, impulsionou a demanda de *kraftliner* e de celulose.

A melhor demanda elevou os preços internacionais de *kraftliner* a partir do segundo trimestre e o preço lista na Europa divulgado pela FOEX fechou 2017 em US\$ 827/t. Este valor renova mais uma vez a máxima histórica e representa elevação de 43% no acumulado do ano. No mercado de celulose, a demanda forte em mercados emergentes, em especial da China, fez com que a evolução de preços observada ao final de 2016 também se estendesse ao longo de todo o ano de 2017. Neste contexto, o preço lista de celulose de fibra curta divulgado pela FOEX atingiu ao final do ano US\$ 979/t na Europa, aumento de 50% em relação ao valor do final de 2016. No mercado de fibra longa, o preço lista do produto na Europa fechou o ano a US\$ 1.000/t versus US\$ 809/t ao final do ano passado.

Com melhores conjunturas nos mercados interno e externo, 2017 foi um ano de grande crescimento para a Klabin. O ano também marcou a finalização do *ramp up* da Unidade Puma em Ortigueira (PR), que completou o primeiro aniversário da nova linha de 1,5 milhão de toneladas de celulose. Ainda ao longo de 2017, as aquisições feitas pela Klabin ao final de 2016 na área de papelão ondulado impulsionaram as vendas do produto elevando os volumes de embalagens e, em conjunto com os aumentos de produtividade nas principais fábricas de papéis, o volume total vendido pela Companhia.

O crescimento da capacidade de produção ampliou ainda mais a flexibilidade da linha de produtos da Klabin que, aliada à competitividade de custos e ao foco em eficiência operacional, reforçado pela nova gestão desde o início do ano, foram fatores fundamentais na maximização dos resultados, que apresentaram um crescimento expressivo de 20% na comparação com o ano anterior. Com a aceleração do crescimento dos resultados durante o 12 meses do ano, redução da alavancagem também foi destaque em 2017 e a relação Dívida Líquida/EBITDA passou de 5,2x ao final de 2016 para 4,1x no final de dezembro.

Dentre os principais resultados operacionais e financeiros do ano, destacam-se também o volume de vendas de 1,9 milhão de toneladas de papéis e embalagens e 1,4 milhão de toneladas de celulose, R\$ 8,4 bilhões de receita líquida e R\$ 2,7 bilhões de EBITDA ajustado.

Desempenho dos Negócios

Unidade de Negócio Florestal

As operações da Unidade Florestal da Klabin evoluíram para fazer frente aos maiores volumes de produção de celulose e de papéis e embalagens durante 2017. No ano, a Klabin movimentou aproximadamente 16,1 milhões de toneladas de toras e cavacos de pinus e eucalipto e resíduos para energia, um crescimento de 12% em relação às 14,4 milhões de toneladas transportadas ao longo do ano anterior. Além da maior demanda interna gerada pela finalização do período de *ramp up* da Unidade Puma em Ortigueira (PR), o montante de madeira vendido para serrarias e laminadoras também influenciou os resultados na unidade em 2017.

Mesmo com a disponibilidade de madeira direcionada às vendas para terceiros impactada pelo maior consumo interno das operações de celulose e papéis, o melhor cenário econômico que beneficiou a exportação de produtos de madeira dos clientes da Klabin elevou as vendas de toras a terceiros, que aumentou 5% em relação a 2016, totalizando 2,6 milhões de toneladas. A receita líquida com vendas de madeira atingiu R\$ 364 milhões, 14% acima de 2016.

As terras da Companhia em dezembro de 2017 totalizavam 494 mil hectares, sendo 229 mil hectares de florestas plantadas de pinus e eucalipto e 214 mil hectares de florestas nativas preservadas. No ano foram plantados 34 mil hectares, em terras próprias e em terras de terceiros (programa de fomento).

Unidade de Negócio Celulose

O segundo trimestre de 2017 marcou a finalização do período de *ramp up* da Unidade Puma, após o início de operações da fábrica em março do ano anterior. Seguindo a finalização do processo de *ramp up*, a produção de celulose acelerou na comparação com 2016 e encerrou o ano em 1.401 mil toneladas, sendo 1.029 mil toneladas de fibra curta e 372 mil toneladas de fibra longa e *fluff*.

Depois de um período de pressão vinda de ofertas de novas capacidades e menor crescimento da demanda durante o ano de 2016, os preços globais de celulose apresentaram elevação ao longo de todo o ano de 2017. A aceleração da economia mundial e as restrições implementadas pelo governo chinês a produções não adequadas ambientalmente resultou em um crescimento da demanda acima dos níveis esperados e os preços de celulose de fibra curta na Europa divulgada pela FOEX passaram de US\$ 653/t ao final de 2016 para US\$ 979/t ao final de 2017. A fibra longa também apresentou preços crescentes na Europa, com passando do patamar de US\$ 809/t no fim de 2016 para US\$ 1000/t no final do ano passado.

O volume total vendido em 2017 foi de 1.355 mil toneladas, das quais 996 mil toneladas de fibra curta e 359 mil toneladas de fibra longa e *fluff*. Além do crescimento do volume de fibra curta, cujas vendas foram ancoradas pelo acordo celebrado com a Fibria em maio de 2015, destaca-se o crescimento das vendas de fibra longa e *fluff*, impulsionados principalmente pela evolução dos processos de aprovação de grandes clientes nacionais e internacionais da celulose *fluff* da Klabin durante 2017.

O crescimento do volume produzido na Unidade Puma em conjunto com os melhores preços globais das celuloses de fibra curta impactaram as receitas de vendas de celulose na exportação e no mercado interno. Dessa forma, a receita total de celulose, contemplando fibra curta, longa e *fluff*, totalizou R\$ 2.418 milhões ao longo de 2017 versus R\$ 1.247 milhões em 2016.

Unidade de Negócio Papéis

Assim como no ano anterior, a flexibilidade e a competitividade da sua linha de produtos permitiram à Klabin se adaptar às mudanças nas configurações de mercado durante o ano. A menor taxa de câmbio média em 2017 na comparação com o ano anterior, a retomada crescente dos indicadores econômicos nacionais, e as novas capacidades de produção adquiridas impulsionaram a maior utilização de papéis nas fábricas de conversão e reduziram o volume de vendas de *kraftliner*. Esse fator influenciou a unidade principalmente durante o primeiro semestre, quando o cenário de preços internacionais de papéis não era tão atraente quanto o cenário de aquecimento apresentado pelo mercado interno de embalagens de papelão ondulado. Já o volume de vendas de cartão apresentou leve crescimento em 2017, devido melhorias de produtividade na fábrica de Monte Alegre (PR), Otacilio Costa (SC) e Angatuba (SP) e melhores vendas na exportação. Assim, o volume de vendas de papéis para embalagens e cartões revestidos em 2017 foi de 1.092 mil toneladas, estável na comparação com o volume de vendas de 2016.

Nos mercados de cartões, o aumento do volume de vendas ao mercado externo se deveu pela qualidade e pela receptividade do produto em mercados crescentes como China e demais países do sudeste asiático. Assim, com vendas levemente maiores na exportação e as vendas no mercado doméstico praticamente no patamar de 2016, o volume total de vendas de cartões foi de 698 mil toneladas, 1% acima do volume vendido em 2016.

Em relação às vendas de *kraftliner*, a Klabin utilizou-se de sua flexibilidade e do bom posicionamento nos mercados de conversão e direcionou uma maior porção da produção deste produto para suas fábricas de papelão ondulado e sacos industriais, principalmente na primeira metade do ano. Nesse cenário, o volume de vendas de *kraftliner* da Klabin em 2017 foi de 351 mil toneladas, 12% abaixo do ano anterior. É válido destacar porém que, com a aceleração da demanda no mercado global, que gerou altas nos preços lista ao longo do segundo semestre, houve evolução da receita de vendas de *kraftliner* na comparação com a receita do segundo semestre de 2016.

No acumulado do ano, a receita de vendas de papéis e cartões atingiu R\$ 2.824 milhões, 6% menor do que o ano anterior.

Unidade de Negócio Embalagens

Com a evolução dos indicadores econômicos do país, a expedição de caixas medida pela Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO) mostrou sinais de forte recuperação durante todo o ano e fechou 2017 com aumento de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Klabin, no período, além das duas recentes aquisições no setor, aproveitou-se de sua capilaridade e proximidade a grandes clientes do setor de alimentos, obtendo crescimento ainda maior no volume de vendas na mesma comparação.

No mercado de sacos industriais, a mesma velocidade de recuperação não foi acompanhada pelo setor de construção civil no país. Os sinais de recuperação começaram a aparecer a partir de meados do segundo semestre e a SNIC (Sindicato Nacional da Indústria do Cimento) já projeta crescimento entre 1% e 2% para 2018, após queda acumulada de 25% nos últimos três anos. Todavia, as ações da Klabin no desenvolvimento de novos mercados como fertilizantes, alimentos e café, além da crescente venda de sacos para exportação, em especial para México e Estados Unidos, também impulsionaram o volume de vendas de sacos industriais ao longo de 2017, com importante crescimento na comparação com 2016.

Neste cenário, a Klabin buscou mais uma vez maximizar por meio de sua flexibilidade as oportunidades entre os mercados de papéis e as embalagens convertidas. Assim, o volume de vendas de embalagens durante 2017 cresceu 8% na comparação com 2016, totalizando 761 mil toneladas. A receita de vendas por sua vez, apresentou crescimento de 14% na mesma comparação, atingindo R\$ 2.406 milhões em 2017.

Desempenho Econômico-Financeiro

R\$ Milhões	2017	2016	Δ 2017/2016
Volume de vendas (mil t)	3.220	2.650	22%
Mercado interno	1.564	1.316	19%
Exportação	1.656	1.333	24%
% Mercado interno	49%	50%	-1 pp.
Receita Bruta	9.727	8.204	19%
Receita Líquida	8.373	7.091	18%
Mercado interno	5.020	4.230	19%
Exportação	3.353	2.861	17%
% Mercado interno	60%	60%	0 pp.
Variação do valor justo dos ativos biológicos	790	533	48%
Custo dos Produtos Vendidos	(6.427)	(5.227)	23%
Lucro Bruto	2.736	2.397	14%
Margem Bruta	33%	34%	-1 pp.
Vendas	(657)	(586)	12%
Gerais e Administrativas	(528)	(467)	13%
Outras Rec. (Desp.) Oper.	(12)	5	n/a
Total Despesas Operacionais	(1.197)	(1.048)	14%
EBITDA ajustado	2.738	2.288	20%
Margem EBITDA	33%	32%	0
Resultado Líquido	532	2.482	-79%
Endividamento Líquido	11.278	12.005	-6%
Endividamento Líquido/EBITDA	4,1x	5,2x	

Resultado Operacional

O volume de vendas (excluindo madeira) totalizou 3.220 mil toneladas em 2017, crescimento de 22% em relação a 2016, devido principalmente ao aumento de 70% nas vendas de celulose. Além deste exitoso processo de *ramp up* da Unidade Puma, vale também destacar no ano o incremento de 8% nas vendas de produtos convertidos puxado principalmente pelas vendas de papelão ondulado para o mercado doméstico. O volume total exportado no ano foi de 1.656 mil toneladas, representando 51% do volume total vendido, mesmo patamar do verificado no ano anterior.

A receita líquida (incluindo madeira) atingiu R\$ 8.373 milhões, aumento de 18% em relação a 2017, devido principalmente às vendas de celulose da Unidade Puma e de embalagens, além do aumento nos preços internacionais de boa parte dos produtos. Vale ressaltar que esse aumento foi verificado mesmo com uma taxa de câmbio mais baixa, e de maneira equilibrada entre mercado interno e mercado externo, comprovando a flexibilidade da Companhia e capacidade de atuar em diferentes mercados e cenários econômicos.

O maior volume de vendas também influenciou positivamente os custos da Companhia por meio da diluição dos custos fixos. O custo caixa unitário total, que contempla a venda de todos os produtos da Companhia e inclui as despesas com vendas e gerais e administrativas foi de R\$ 1.766/t, 4% inferior ao verificado em 2016. Além do efeito da diluição por conta do grande crescimento do volume vendido, a redução do custo caixa por tonelada nos períodos reflete o impacto da adição dos menores custos por tonelada da produção da celulose na comparação com os custos de produção de papéis e de produtos convertidos dentro do custo total da Companhia.

As despesas com vendas em 2017 foram de R\$ 657 milhões versus R\$ 586 milhões em 2016 acompanhando menos que proporcionalmente o aumento no volume de vendas. Dessa forma, essas despesas representaram 7,8% da receita líquida do período, queda de 0,5% em relação ao verificado no ano anterior.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 528 milhões em 2017, 13% superiores ao ano de 2016, decorrente principalmente da adequação das estruturas para fazer frente às operações de celulose, dissídios coletivos, custos de benefícios e pela ampliação do programa de incentivo de longo prazo da Companhia.

A geração operacional de caixa (EBITDA Ajustado) em 2017 foi alavancada pelo aumento no volume de vendas, em especial de celulose e embalagens, e pela diluição e controle de custos. Desta forma, mesmo com a menor taxa de câmbio, o EBITDA ajustado em 2017 foi de R\$ 2.738 milhões, aumento de 20% em relação ao ano anterior.

Resultado financeiro e endividamento

O endividamento bruto consolidado ao final do ano era de R\$ 19.550 milhões, R\$ 1.081 milhões acima do valor verificado ao final de 2016. O aumento do endividamento bruto em 2017 ocorreu por meio da contratação de linhas de longo prazo e a custos competitivos, melhorando o perfil da dívida e garantindo um colchão de liquidez em um ano marcado por grande instabilidade econômica.

O caixa e as aplicações financeiras em 31 de dezembro somavam R\$ 8.272 milhões, aumento de R\$ 1.808 milhões em relação ao final de 2016. Isso foi possível devido à forte geração de caixa da Companhia e à contratação de novos financiamentos.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 11.278 milhões, redução de R\$ 727 milhões no ano, influenciado pela forte geração de caixa e redução do capital de giro. Assim, a relação dívida líquida/EBITDA ajustado fechou o ano em 4,1 vezes, contra 5,2 vezes observada ao final de 2017.

Resultado líquido

O resultado líquido foi influenciado pela boa geração de caixa da Companhia em 2017 totalizando um lucro líquido de R\$ 532 milhões no ano. Já em 2016, em grande parte devido ao impacto no caixa na dívida da apreciação do real em relação ao dólar, o resultado líquido havia sido positivo em R\$ 2.482 milhões.

Investimentos

R\$ milhões	2017	2016
Florestal	228	136
Continuidade operacional	399	405
Projetos especiais e expansão	121	320
Projeto Puma	177	1.707
Total	925	2.567

No ano de 2017 a Klabin investiu R\$ 228 milhões tiveram em suas operações florestais, R\$ 399 milhões foram destinados à continuidade operacional das fábricas, R\$ 177 milhões de investimentos remanescentes da unidade Puma e R\$ 121 milhões foram aplicados em projetos especiais e expansões, especialmente nos projetos de alto retorno que buscam melhorar o desempenho da Companhia em todos os segmentos em que atua.

Em 2017, a Companhia finalizou o *ramp up* da Unidade Puma e com isso foram finalizados os investimentos referentes ao projeto de celulose. O investimento total no projeto foi da ordem de R\$ 8,5 bilhões, incluindo infraestrutura, impostos e correções contratuais, e deste valor foram pagos R\$ 177 milhões no ano de 2017.

Mercado de Capitais

No ano de 2017, as Units da Klabin (KLBN11) apresentaram desvalorização de 1%, contra uma valorização de 27% do IBOVESPA. As Units da Companhia foram negociadas em todos os pregões da B3, registrando 2 milhões de operações que envolveram 552 milhões de títulos e um volume médio diário negociado de R\$ 37,5 milhões ao final do período.

O capital social da Klabin é representado por 4.788 milhões de ações, das quais 1.860 milhões de ações ordinárias e 2.928 milhões de ações preferenciais. As ações da Klabin também são negociadas no mercado norte-americano. Como ADRs Nivel I, os títulos são listados no OTC ("over-the-counter"), mercado de balcão, sob o código KLBAY.

A Klabin é classificada como risco de crédito BB+ pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poors.

Sustentabilidade

Em 2017, a Klabin foi eleita a Empresa Mais Sustentável do Setor de Papel e Celulose pelo Guia Exame de Sustentabilidade. Com metodologia elaborada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GVces), o Guia é uma das mais relevantes publicações sobre sustentabilidade do mercado. Essa conquista reforça o compromisso da Klabin em colocar em prática projetos e processos que assegurem um negócio sustentável para investidores, colaboradores, parceiros de negócios e comunidades em que atua.

A Klabin também obteve um alto nível de performance ao alcançar 100% de desempenho no Fornecedor Responsável de Fibras, no Índice Ambiental de Empresas de Papel e Celulose – Environmental Paper Company Index 2017 (EPCI), realizado a cada dois anos pelo WWF. Além deste resultado, também houve um aumento de 6% no registro do Índice de Fabricação Limpa. Este é um importante reconhecimento, que avalia 93 empresas mundiais, sendo apenas três brasileiras.

A Klabin também foi classificada no nível *Leadership* pelo Carbon Disclosure Project (CDP) nos seus resultados anuais para Florestas, ao alcançar pontuação A-, que caracteriza as melhores práticas na gestão responsável de florestas. No programa Água e Mudanças Climáticas, a Companhia atingiu classificação nível *Management*, em reconhecimento aos esforços da Companhia para medir seus impactos e reduzi-los por meio de objetivos e estratégias. O CDP, organização internacional sem fins lucrativos, analisa e reconhece os esforços de empresas no mundo para gerir os impactos ambientais de suas atividades.

Pela quinta vez consecutiva, a Klabin integrou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que reúne as ações das companhias que se destacaram pelo alto grau de comprometimento com a sustentabilidade dos negócios e do país. As empresas integrantes são selecionadas anualmente, com base em critérios estabelecidos pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). A Klabin faz parte da carteira vigente até janeiro de 2019.

Também em 2017, a Companhia levantou recursos no mercado internacional com sua primeira emissão de títulos verdes (*Green Bonds*) no valor aproximado de R\$ 1,6 bilhão de reais com vencimento em 10 anos. Pioneira na adoção de práticos sustentáveis, a empresa é referência em desenvolvimento sustentável e alcançou classificação de "Alto Nível" (*High Standard*) na operação pela consultoria Sustainalytics. A oferta teve grande interesse dos investidores, com demanda sete vezes maior do que o valor da oferta de títulos verdes.

No âmbito social, a Klabin implementa e apoia programas de desenvolvimento local e educação que envolvem as comunidades nas quais está presente para contribuir na formação de uma sociedade mais justa. Ao longo de 2017, a Companhia investiu mais de R\$22 milhões em projetos socioambientais e culturais, como:

- Ações de capacitação e geração de renda, que beneficiam pequenos produtores e comunidades;
- Iniciativas para a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência;
- Projetos de monitoramento, conservação e educação ambiental;
- Iniciativas de fomento e popularização da cultura, como patrocínio a exposições e associações.

A Klabin foi reconhecida como uma das empresas do país que mais integram e informam os direitos da criança por meio do investimento no bem-estar, saúde e segurança, de acordo com o relatório "Os Direitos da Criança e o Setor Corporativo da América do Sul", elaborado pelo Global Child Forum. Este reconhecimento se deu por conta do projeto Puma pela Infância, em parceria com a organização Childhood Brasil, que promoveu a sensibilização do público interno da Klabin (diretos e indiretos) e o engajamento de atores que compõe a Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes dos municípios paraenses de Ortigueira, Imbaú e Telêmaco Borba (municípios da área de influência direta do Projeto Puma) contra a violência sexual.

Outra iniciativa foi o apoio a pequenos produtores rurais, por meio do projeto Planejando Propriedades Sustentáveis, realizado em parceria com as organizações Apremavi, The Nature Conservancy Brasil e Sebrae. O projeto beneficia famílias de Ortigueira e Imbaú, que receberam auxílio na adequação ambiental, legal e paisagística de suas propriedades e no planejamento e diversificação da produção por meio da agricultura familiar. Com isso, a permanência no campo e iniciativas de associação e cooperativismo são fortalecidas e o acesso às novas oportunidades de mercado é facilitado.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

A evolução da competitividade da Klabin, desde a performance de suas florestas e de seus processos produtivos até a gestão do impacto de seus produtos, está intrinsecamente ligada aos investimentos constantes em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Com os mercados de papéis e embalagens cada vez mais desafiadores e a entrada no novo mercado mundial de celulose com o início de produção da fábrica de Ortigueira (PR), a Companhia tem ampliado os investimentos em P&D&I.

Com olhar mais amplo e ação mais estratégica, a área de P&D&I atua em diversos elos da cadeia de produção:

- Aprimoramento de processos de plantio e manejo de pinus e eucalipto para aumento da produtividade;
- Desenvolvimento de novos produtos e melhorias nos processos existentes para adaptá-los a necessidades de clientes ou a um melhor desempenho econômico e ambiental;
- Otimização de processos de fornecedores para melhorar a flexibilidade das Unidades nas compras de insumos e serviços;
- Soluções para questões das propriedades físicas das embalagens, como barreiras (água, vapor, gordura, oxigênio), porosidade, permeabilidade e rugosidade, e na conversão (corte, vincagem, colagem, fechamento e impressão);
- Avaliação do desempenho dos produtos em aspectos ambientais, de qualidade, produtividade, saúde e segurança.

Também como parte da ampliação do foco em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para fazer frente a uma Klabin maior, a Companhia realiza o maior investimento concentrado em um curto período de sua história nessa área. Além do investimento na formação das novas equipes, o investimento em P&D&I, entre 2015 a 2017, foi de R\$ 70 milhões, incluindo convênios com institutos de pesquisa, universidades nacionais e no exterior, na estruturação física dos laboratórios, compra de equipamentos, e formação do pessoal, instalando um Centro de Tecnologia, inaugurado em Junho de 2017, complementando as atividades do Centro de Tecnologia Florestal já existente. Ambos os centros estão localizados em Telêmaco Borba (PR).

O novo Centro de Tecnologia desenvolve pesquisas em cinco rotas de atuação:

- Desenvolvimento da matéria-prima florestal para a celulose;
- Otimização de papéis e novas aplicações;
- Biorrefinaria (usos múltiplos da base florestal, principalmente a lignina);
- Otimização de processos em: meio ambiente, reuso de produtos gerados no processo, redução do consumo de água, energia e vapor;
- Nanotecnologia – frações da celulose em micro ou nanoescala e aplicação em novos produtos.

Para uma atuação mais eficiente, a área de P&D&I mantém parcerias com fornecedores de equipamentos e insumos, além de contar com o apoio de institutos de pesquisa e universidades no Brasil e exterior.

Gente e Gestão

A eficiência operacional do modelo de negócios da Klabin foi fator determinante para a criação dos resultados extraordinários alcançados nos últimos anos. Os níveis crescentes de eficiência atingidos pela Klabin são frutos da capacitação constante e de alta qualidade de seus colaboradores.

Um dos catalizadores desse processo é a Escola de Negócios Klabin (ENK), que aprimora as competências requeridas para uma Klabin com foco em eficiência operacional, baseada num processo consistente de desenvolvimento de pessoas.

A ENK está organizada em "trilhas de conhecimento", ou seja, de acordo com cada estágio da carreira do profissional, há treinamentos específicos para aspectos técnicos e de gestão, além do desenvolvimento de competências e comportamentos. Os conteúdos são explorados on-line, contando com interatividade, e presencialmente, com workshops e treinamentos.



Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.650.697	5.243.120	7.028.422	5.872.720
Títulos e valores mobiliários	5	1.236.386	591.303	1.243.173	591.303
Contas a receber:					
Contas a receber de clientes	6	1.633.696	1.421.418	1.794.196	1.666.626
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	(40.096)	(41.168)	(40.133)	(41.246)
Partes relacionadas	7	307.544	534.405	-	-
Estoques	8	873.341	794.715	933.161	876.915
Tributos a recuperar	9	555.596	794.628	567.079	803.355
Outros ativos		274.338	189.009	277.691	190.362
Total do ativo circulante		11.491.502	9.527.430	11.803.589	9.960.035
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	17	82.380	84.249	83.381	85.704
Tributos a recuperar	9	1.286.722	1.554.672	1.287.669	1.554.672
Outros ativos		348.001	386.559	344.233	385.706
		<u>1.717.103</u>	<u>2.025.480</u>	<u>1.715.283</u>	<u>2.026.082</u>
Investimentos:					
Participação em controladas/control. em conjunto	11	1.106.103	2.192.633	171.673	544.402
Outros		1.773	10.944	1.773	10.943
Imobilizado	12	12.599.191	12.737.303	12.619.495	13.030.184
Ativos biológicos	13	3.272.496	2.397.462	4.147.779	3.656.596
Intangíveis		89.919	27.171	89.949	85.487
		<u>17.069.482</u>	<u>17.365.513</u>	<u>17.030.669</u>	<u>17.327.612</u>
Total do ativo não circulante		18.786.585	19.390.993	18.745.952	19.353.694
Total do ativo		30.278.087	28.918.423	30.549.541	29.313.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	2.230.123	2.588.259	2.230.624	2.593.029
Debêntures	15	239.276	245.080	239.276	245.080
Fornecedores	16	702.040	619.902	713.612	634.856
Obrigações fiscais		55.445	47.558	55.673	53.643
Obrigações sociais e trabalhistas		276.981	253.873	281.466	257.712
Dívidas a pagar		-	-	-	180.000
Adesão - REFIS	17	71.467	66.884	71.467	66.884
Outras contas a pagar e provisões		146.205	120.113	155.215	112.460
Total do passivo circulante		3.721.537	4.121.669	3.747.333	4.143.664
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	16.486.426	14.721.740	16.444.917	14.765.982
Debêntures	15	634.594	864.456	634.594	864.456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.528.670	1.376.262	1.544.578	1.476.866
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e civis	17	65.377	70.483	65.377	70.483
Contas a pagar - investidores SCPs		-	-	272.938	229.313
Adesão - REFIS	17	307.476	340.364	307.476	340.364
Outras contas a pagar e provisões		299.856	323.113	298.177	322.263
Total do passivo não circulante		19.322.399	17.696.418	19.568.057	18.069.729
Total do passivo		23.043.936	21.818.087	23.315.390	22.213.393
Patrimônio líquido					
Capital social		2.516.753	2.384.484	2.516.753	2.384.484
Reservas de capital		1.187.329	1.301.907	1.187.329	1.301.907
Reserva de reavaliação		48.705	48.705	48.705	48.705
Reservas de lucros		2.699.577	2.543.084	2.699.577	2.543.084
Ajustes de avaliação patrimonial		987.916	1.028.238	987.916	1.028.238
Ações em tesouraria		(206.129)	(206.082)	(206.129)	(206.082)
Total do patrimônio líquido	18	7.234.151	7.100.336	7.234.151	7.100.336
Total do passivo e patrimônio líquido		30.278.087	28.918.423	30.549.541	29.313.729

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado										Controladora e consolidado		
	Reservas de lucros										2017	2016	
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	De ativos próprios	Legal	Incentivos Fiscais	De ativos biológicos	Dividendos propostos	Investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Resultados acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	2.384.484	1.301.907	48.705	125.610	-	75.776	869.858	1.471.840	1.028.238	(206.082)	-	532.169	532.169
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	532.169	532.169
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.420)	(12.420)
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	519.749	519.749
Conversão de debêntures mandatórias conversíveis em ações	132.269	(132.269)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.468)	-	-	(11.468)
Plano de Outorga de Ações:													
Alienação de ações em tesouraria	-	7.386	-	-	-	-	-	-	-	5.756	-	-	5.756
Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.754)	5.754	-	-	-
Reconhecimento da remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	14.426	-	-	-	14.426
Vencimento do plano de ações	-	10.305	-	-	-	-	-	-	(10.305)	-	-	-	-
Saídas do plano de outorga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89)	-	-	(89)
Destinação do lucro do exercício:													
Constituição de reserva legal	-	-	-	23.870	-	-	-	-	-	-	-	(23.870)	-
Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	-	(609.555)	-	-	-	-	609.555	-
Realização de custo atribuído de terras (próprios)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.269)	-	-	26.269	-
Constituição de reserva de ativo biológico (próprios)	-	-	-	-	-	-	428.553	-	-	-	-	(428.553)	-
Constituição de reserva de ativo biológico (controladas) (*)	-	-	-	-	-	-	50.937	-	-	-	-	(50.937)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	54.775	-	-	-	-	-	(54.775)	-
Participação lucros de debêntures mandatórias conversíveis em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.945)	-	(74.945)	-
Dividendos antecipados do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	(159.000)	-	-	-	(159.000)	-
Div. complementares exercício 2017 propostos	-	-	-	-	-	-	-	171.000	-	-	-	(171.000)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	195.913	-	-	-	(195.913)	-
Em 31 de dezembro de 2017	2.516.753	1.187.329	48.705	149.480	130.551	739.793	171.000	1.508.753	987.916	(206.129)	-	7.234.151	7.234.151

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Klabin S.A. ("Companhia") e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel e celulose para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações ("Units") negociados na BM&F Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo pelo código KLBN11. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia controladora ("Klabin S.A.") também possui investimentos em Sociedades em Conta de Participação ("SCPs"), com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento. A Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, tem contribuído com ativos florestais, basicamente florestas e terras, através da concessão de direito de uso e os demais sócios investidores contribuído em espécie para as referidas SCPs. Essas SCPs asseguram à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado. A Companhia também tem participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 11), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias da Klabin S.A. ("Companhia") e de suas controladas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 31 de Janeiro de 2018.

1.1 Ajuste definitivo da alocação do preço pago em combinação de negócios
Em fevereiro de 2017 a Administração concluiu, com a utilização de Laudo de Avaliação preparado por empresa especializada, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") 15 (R1) e IN RFB nº1.700/2017, a alocação do preço de compra para os valores justos dos ativos e passivos adquiridos e ágio de rentabilidade futura ("goodwill") relativos a aquisição da Embalplan Indústria e Comércio de Embalagens S.A. realizada em 01 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração fez uma apuração prévia da alocação do preço de compra, dado o curto prazo da conclusão da operação em relação ao prazo de publicação das referidas demonstrações financeiras, datadas de 31 de janeiro de 2017, aproveitando-se do período de um ano para esta definição, conforme previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Visto que a alocação de preço de compra apurada de forma final foi diferente daquela apresentada nas demonstrações financeiras de 31 em dezembro de 2016, baseada nos termos do CPC 15 (R1) a Companhia está ajustando os saldos de balanço patrimonial considerando a alocação do preço de compra com os valores finais de forma retrospectiva em 31 de dezembro de 2016 conforme demonstrado abaixo:

	Provisório	Final
Ativo Circulante	22.714	22.714
Ativo Não Circulante	12.898	65.648
Ágio (Intangível)	93.063	40.313
Passivo Circulante	(4.293)	(4.293)
	124.382	124.382

A diferença apresentada refere-se substancialmente a alocação dos ativos, sendo distribuído entre o ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 34.777 e R\$ 17.973, respectivamente, anteriormente classificados como ágio de rentabilidade futura ("goodwill").

1.2 Incorporação da Embalplan Indústria e Comércio de Embalagens S.A.
Em 02 de março de 2017, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação integral da subsidiária Embalplan Indústria e Comércio de Embalagens S.A. ("Embalplan") a valor contábil sem aumento de capital social subscrito. A justificativa da Administração para proceder com a incorporação está alinhada a seu objetivo estratégico de expansão das atividades no segmento de conversão.

Por tratar-se de subsidiária integral, os saldos da Embalplan já faziam parte das demonstrações financeiras consolidadas, passando com a referida operação a incorporar os saldos das informações individuais aberto em todas as linhas do balanço, assim como era apresentada no consolidado. O patrimônio líquido da Embalplan na data da incorporação correspondia a R\$ 36.396.

1.3 Cisão parcial e incorporação de ativos da Florestal Vale do Corisco S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2017 foi aprovada a cisão parcial da controlada em conjunto Florestal Vale do Corisco S.A. ("Vale do Corisco"), com a incorporação da parcela cindida do valor contábil pelos sócios Klabin S.A. e Arauco, na proporção de sua participação na controlada. O objetivo desta operação é a estratégia da Companhia na utilização de determinados ativos florestais de forma mais autônoma e eficiente, vislumbrando o abastecimento de madeiras para as fábricas situadas nas regiões em que as florestas estão localizadas. A referida operação foi devidamente aprovada sem restrições pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O patrimônio da Vale do Corisco foi avaliado por especialista terceirizado e disponibilizado aos acionistas na entrega da Proposta da Assembleia. O patrimônio líquido da Vale do Corisco incorporado pela Companhia, corresponde ao montante de R\$ 379.143, equivalente a participação de 51% no capital total da Companhia, substancialmente composto pelo valor justo das florestas que serão absorvidas na operação, assim como os impostos diferidos incidentes sobre o valor justo. Os saldos incorporados pela Companhia correspondem a:

	Ativo	Passivo
Circulante	26.580	-
Não Circulante	36.545	-
Ativo biológico	410.888	Não Circulante
Imobilizado	9.027	102.448
	483.040	380.592
		483.040

A Vale do Corisco permanece ativa, fazendo a gestão de terras florestais, mantendo-se como controlada de controle conjunto sendo 51% de participação da Companhia e 49% da Arauco.

1.4 Dissolução de Sociedade em Conta de Participação ("SCP")
Em 31 de agosto de 2017, a SCP Correia Pinto, localizada no estado de Santa Catarina, foi dissolvida por determinação dos seus sócios. Na liquidação de haveres os sócios minoritários ficaram com R\$ 79.907 de caixa e a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, incorporou os demais ativos e passivos totalizando R\$ 740.723, sendo estes majoritariamente ativos biológicos e terras florestais.

1.5 Constituição de Sociedades em Conta de Participação ("SCP")
SCP Serrana
Em 3 de julho de 2017, a Companhia constituiu uma nova SCP, localizada no estado de Santa Catarina, denominada Serrana, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Para constituição da nova sociedade, a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, aportou R\$ 20 milhões em ativos florestais a valores de livros, R\$ 29 milhões em ativos florestais avaliados a valor justo e direito de uso de terras, enquanto sócios investidores aportaram R\$ 48 milhões em caixa na sociedade. A SCP assegura à Companhia o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

SCP Araucária
Em 22 de setembro 2017, a Companhia constituiu uma nova SCP, localizada no estado do Paraná, denominada Araucária, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Para constituição da nova sociedade, a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, aportou R\$ 68 milhões em ativos florestais a valores de livros, R\$ 63 milhões em ativos florestais avaliados a valor justo e direito de uso de terras, enquanto sócios investidores aportaram R\$ 84 milhões em caixa na sociedade. A SCP assegura à Companhia o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

2 Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1 Base de apresentação das Demonstrações Financeiras
A Companhia apresenta as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2.r.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Revisões de normas contábeis e interpretações entraram em vigor em 2017 e não tiveram impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo a revisão da IAS 41/CPC 29 que introduziu a distinção entre plantas de produção e outros ativos biológicos. Essa revisão não impacta a Companhia pois suas florestas são colhidas e replantadas, não há um segundo corte.

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a mo



... continuação das Notas Explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no "Resultado Abrangente" é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas Sociedades em Conta de Participação (notas explicativas 3 e 11) é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de "Outras contas a pagar – investidores SCPs", por tratar-se de passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Administração da Companhia qualifica as Sociedades em Conta de Participação, como entidades de vida própria com característica de subsidiárias, as quais são registradas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 12. Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

i) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")
O saldo de imobilizado, ágio por rentabilidade futura (*"goodwill"*) e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel, celulose, caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda de madeira para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificadas necessidades de provisão para impairment.

k) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas Demonstrações Financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflete, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

n) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruído para a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

o) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia. Adicionalmente, a Companhia concedeu plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001. Para esses benefícios faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada "ajustes de avaliação patrimonial" (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

p) Plano de outorga de ações

O plano de outorga de ações oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o patrimônio líquido no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial".

q) Subvenção governamental

As subvenções governamentais cedidas para a Companhia são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas a obtenção da subvenção são cumpridas. No caso de subvenções recebidas para compensação de despesas, as mesmas são reconhecidas como redução das despesas que se pretende compensar.

No caso de subvenções governamentais para investimentos em ativos, os benefícios são registrados no balanço na forma que foram cedidos pelo órgão governamental, podendo ser registrado no passivo como receita diferida, reconhecido como receita na base sistemática durante a vida útil do ativo adquirido, ou deduzido do ativo relacionado com a subvenção, sendo reconhecido como receita por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

No caso de haver dependência de não-distribuição aos sócios dos benefícios recebidos na forma de subvenção governamental, os respectivos valores são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de "Reserva de Incentivos Fiscais" no patrimônio líquido.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas e ajuste a valor presente de saldos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

s) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das Demonstrações Financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 – "Contratos de Construção", o IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não tem efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras (entrega de papéis, produtos convertidos, celulose ou madeira) e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

Adicionalmente, a Companhia já adotava a prática reconhecer as vendas líquidas de bonificações de forma que a receita representa o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes. As estimativas de perda de valores não tem impacto significativo no reconhecimento de receita, haja visto que os produtos da Companhia não oferecem garantias, assim como as perdas de valores com créditos de liquidação duvidosa não apresentam impactos relevantes em decorrência das políticas de crédito mantidas pela Companhia (vide nota explicativa 25).

(ii) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de *impairment* para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantêm não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua mensuração, assim como não apresentam risco de *impairment* ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

(iii) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (não tem o CPC equivalente emitido)

A norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos, principalmente relacionados às operações de arrendamento de terras de terceiros, correspondentes a 83 mil hectares de terras florestais e compromissos futuros de R\$ 546 milhões (vide nota explicativa 16). Por ora, o entendimento é de que o potencial efeito seja o reconhecimento de um valor próximo desse como ativo e como passivo, com

uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de arrendamento. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Consolidação das Demonstrações Financeiras

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto as controladas que possuem controle compartilhado (*joint venture*) com outras entidades, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial tanto nas Demonstrações Financeiras individuais quanto nas consolidadas.

As Demonstrações Financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados.

As Demonstrações Financeiras consolidadas abrangem as da Klabin S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como seguem:

País Sede	Atividade	Participação	Participação – %	
			2017	2016
Empresas controladas:				
Argentina	Sacos industriais	Direta	100	100
Cayman Islands	Participação em outras companhias	Direta	100	100
Klabin Ltd.	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
Klabin Trade	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
Estados Unidos	mercado externo	Direta	100	100
Klabin Forest Products Company	mercado externo	Direta	100	100
IKAPE Empreendimentos Ltda.	Hotelaria	Direta	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Fabricação de produtos fitoterpícos	Direta	100	100
Klafilto	Fabricação de produtos fitoterpícos	Direta	100	100
Klabin Florestal Ltda.	Plantio de florestas	Direta	100	100
Participação em sociedades				
Monterla Holdings S.A.	Participação em sociedades	Direta	100	100
Klabin Finance S.A.	Financeira	Direta	100	100
	Comercialização de produtos próprios no mercado externo			
Klabin Áustria GmbH	mercado externo	Direta	100	100
Embalpal Indústria e Comércio de Embalagens S.A. (i)	Embalagens	Direta	-	100
Sociedades em Conta de Participação:				
Correia Pinto (i)	Reflorestamento	Direta	-	91
CG Forest	Reflorestamento	Direta	80	83
Monte Alegre	Reflorestamento	Direta	83	80
Harmonia	Reflorestamento	Direta	73	74
Serrana (i)	Reflorestamento	Direta	64	-
Araucária (i)	Reflorestamento	Direta	64	-
Empresas com controle compartilhado (não consolidadas):				
Florestal Vale do Corisco S.A. (ii)	Reflorestamento	Direta	51	51

(i) e (ii) Vide informações na nota explicativa 1.

Investimento em entidades controladas em conjunto (Joint ventures)

O investimento na Florestal Vale do Corisco S.A., considerando suas características, está classificado como entidade controlada em conjunto (*joint venture*) e está registrada pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

A Companhia seguindo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências de classificação de risco apresentado na nota explicativa 25. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras emissoras, com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos – moeda nacional	25.371	29.578	26.143	33.591
Caixa e bancos – moeda estrangeira (i)	-	-	32.241	7.985
Aplicações – moeda nacional	4.923.068	4.807.936	5.108.744	4.979.048
Aplicações – moeda estrangeira (i)	1.702.258	405.606	1.861.294	852.096
	6.650.697	5.243.120	7.028.422	5.872.720

(i) Em dólares norte-americanos

7 Partes Relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

Tipo de relação	Klabin Trade		Klabin Argentina		Klabin Finance		Sociedade Conta de Participação		Klabin Austria		Klabin Irmãos & Cia.		BNDES		Outras		Total		
	(i) e (vi)		(i)		(vi)		(ii) e (v)		(i)		(iii) e (iv)		(vi)		(i) (ii) (iii) (v) e (vii)		Total		
	Controlada		Controlada		Controlada		Controlada		Acionista		Acionista		Acionista				Total		
Ativo circulante	122.511	38.725	-	-	-	-	21.567	115.617	-	-	-	-	-	-	9.124	307.544	1.150.103	548.277	
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	2.565	2.575	1.894	1.894	
Passivo circulante	-	1.535	-	60.954	-	-	10.751	-	-	3.183	638.913	-	-	-	8.211	715.336	801.049	801.049	
Passivo não circulante	-	660	-	3.324.611	-	-	-	-	-	-	2.821.364	-	-	-	2.821.364	6.146.635	5.491.151	5.491.151	
Transações																			
Receita de vendas	758.818	33.091	-	-	-	-	80.241	157.310	-	-	-	-	-	-	12.852	1.042.312	1.150.103	1.150.103	
Compras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de juros sobre financiamento	-	-	-	-	-	(123.713)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Comissão de aval	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.812)	-	(319.568)	-	-	-	-	-	-
Despesa de royalties	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.253)	-	-	-	(13.624)	-	-	-	-
(i) Saldo a receber de operações de vendas de produtos realizadas a preços e prazos (média de 180 dias) nas condições estabelecidas entre as partes;																			
(ii) Compra de madeira realizada a preços e prazos (45 dias) nas condições usuais de mercado;																			
(iii) Licenciamento de uso de marca;																			
(iv) Comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 0,8% ao semestre;																			
(v) Fornecimento de mudas, sementes e serviços a preços e prazos nas condições usuais de mercado;																			
(vi) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;																			
(vii) Adiantamento para futura subscrição de capital.																			

7 Partes Relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

Tipo de relação	Klabin Trade		Klabin Argentina		Klabin Finance		Sociedade Conta de Participação		Klabin Austria		Klabin Irmãos & Cia.		BNDES		Outras		Total		
	(i) e (ii)		(iii)		(i)		(ii) e (v)		(i)		(iii) e (iv)		(vi)		(i) (ii) (iii) (v) e (vii)		Total		
	Acionista		Acionista		Acionista		Controlada		Acionista		Acionista		Acionista				Total		
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações																			
Despesa de juros sobre financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissão de aval – despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de royalties	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(i) Licenciamento de uso de marca;																			
(ii) Comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 0,8% ao semestre;																			
(iii) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado.																			

... continuação das Notas Explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado

	Controladora		Consolidado		2017
	2017	2016	2017	2016	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	874.511	3.358.603	838.666	3.214.935	
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(297.334)	(1.141.925)	(285.147)	(1.093.078)	
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:					
Diferença de tributação – empresas controladas (i)	(167.371)	–	62.259	292.238	
Resultado de equivalência patrimonial	25.975	199.561	4.632	16.769	
Ajuste de regime tributário de incorporada (ii)	–	–	–	–	
Outros efeitos	96.388	65.707	(88.243)	51.082	
	(342.342)	(876.657)	(306.499)	(732.989)	
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(292.730)	(177.665)	(299.948)	(190.023)	
Diferido	(49.612)	(698.992)	(6.551)	(542.966)	
	(342.342)	(876.657)	(306.499)	(732.989)	

(i) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se substancialmente às diferenças entre o Regime de Lucro Real adotado pela Companhia para o Regime de Lucro Presumido adotado por algumas de suas controladas.

(ii) Conforme mencionada na nota explicativa 1, a SCP Correia Pinto foi liquidada com os ativos/passivos incorporados na controladora. Os saldos incorporados correspondem substancialmente a ativos florestais mensurados a valor justo, com imposto diferido calculado na alíquota do lucro presumido. Haja visto que a controladora mantém o lucro real como regime tributário, os efeitos dos impostos diferidos foram recalculados na nova alíquota aplicada com seu efeito no resultado.

11 Participações em Empresas Controladas e Controladas em Conjunto

	Klabin Finance S.A.	Sociedade Conta de Participação Correia Pinto	Sociedade de Participação Forest CG Forest	Sociedade Conta de Participação Monte Alegre	Sociedade de Participação Harmonia	Sociedade de Participação Araucária	Florestal Vale do Corisco S.A. (I)	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2015	54.120	457.698	83.050	153.471	–	–	495.839	155.114	1.399.292
Aquisição e integralização de capital	–	–	–	–	102.354	–	–	130.440	232.794
Dividendos distribuídos	–	–	(910)	–	–	–	(758)	–	(1.668)
Equivalência patrimonial (ii)	(597)	294.005	49.573	103.496	83.277	–	49.321	7.870	586.945
Varição cambial de investimento no exterior (iii)	–	–	–	–	–	–	(24.730)	–	(24.730)
Em 31 de dezembro de 2016	53.523	751.703	131.713	256.967	185.631	–	544.402	268.694	2.192.633
Aquisição e integralização de capital	–	–	–	–	–	130.647	–	50.607	181.254
Incorporação da Embalplan (iv)	–	–	–	–	–	–	–	(124.382)	(124.382)
Cisão parcial e incorporação de ativos da Vale do Corisco (v)	–	–	–	–	–	–	–	(381.253)	(381.253)
Dissolução de controlada (vi)	–	(824.800)	–	–	–	–	–	(824.800)	(824.800)
Dividendos distribuídos	–	–	(122)	(2.014)	–	–	–	(5.100)	(7.236)
Equivalência patrimonial (ii)	16.709	73.097	(17.660)	(57.710)	6.797	34.283	13.624	7.256	76.396
Varição cambial de investimento no exterior	–	–	–	–	–	–	–	(6.509)	(6.509)
Em 31 de dezembro de 2017	70.232	–	113.931	197.243	192.428	164.930	171.673	195.666	1.106.103

Resumo das demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2017

	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Resultado do período
Klabin Finance S.A.	3.416.731	3.346.497	70.234	15.710
Sociedade Conta de Participação Correia Pinto	–	–	80.161	–
Sociedade de Participação Forest CG Forest	145.437	2.693	142.744	(10.163)
Sociedade Conta de Participação Monte Alegre	241.274	4.707	236.567	(38.146)
Sociedade de Participação Harmonia	267.282	4.231	263.051	6.797
Sociedade de Participação Araucária	263.247	3.928	259.319	34.283
Florestal Vale do Corisco S.A. (I)	438.635	102.022	336.613	7.095
Outras	155.114	130.440	24.173	–
Total	6.106.857	5.825.296	616.973	102.837

(i) Por tratar-se de uma joint venture (vide nota explicativa 3), a Vale do Corisco não é consolidada, sendo o único investimento apresentada nos balanços consolidados como investimento com reconhecimento de equivalência patrimonial.

(ii) Inclui efeitos de variação e realização do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa 13).

(iii) Empresas controladas e coligadas

(iv), (v) e (vi) Vide informações na nota explicativa 1.

12 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Controladora						
Terrenos	1.998.046	–	1.998.046	1.832.779	–	1.832.779
Edifícios e construções	2.136.768	(372.508)	1.764.260	2.070.718	(298.540)	1.772.178
Máquinas, equipamentos e instalações	11.623.373	(3.589.607)	8.033.766	11.241.954	(2.798.607)	8.443.347
Obras e instalações em andamento	565.161	–	565.161	458.199	–	458.199
Outros (i)	759.519	(521.561)	237.958	637.850	(407.050)	230.800
	17.082.867	(4.483.676)	12.599.191	16.241.500	(3.504.197)	12.737.303
Consolidado						
Terrenos	2.004.105	–	2.004.105	2.067.898	–	2.067.898
Edifícios e construções	2.140.596	(374.426)	1.766.170	2.108.452	(300.534)	1.807.918
Máquinas, equipamentos e instalações	11.643.268	(3.599.231)	8.044.037	11.284.447	(2.828.346)	8.456.101
Obras e instalações em andamento	566.423	–	566.423	459.405	–	459.405
Outros (i)	761.700	(522.940)	238.760	647.192	(408.330)	238.862
	17.116.092	(4.496.597)	12.619.495	16.567.394	(3.537.210)	13.030.184

(i) Saldo correspondente a classes de imobilizado como benfeitorias, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 14.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.776.761	552.977	3.117.457	6.106.857	204.877	11.758.929
Adições (i)	34.290	–	1.650.269	1.832.779	(1.270)	1.683.289
Baixas	(16.041)	(7.734)	(71.453)	(148)	51.430	(43.946)
Depreciação	–	(61.831)	(635.363)	(87.708)	(784.902)	(1.569.804)
Transferências Internas	40.908	1.303.963	6.045.631	(7.505.427)	114.925	–
Juros capitalizados (ii)	–	–	–	130.640	–	130.640
Outros	(3.139)	(15.197)	(12.925)	76.008	(51.454)	(6.707)
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.832.779	1.772.178	8.443.347	458.199	230.800	12.737.303
Adições (i)	3.374	–	4	660.882	–	664.260
Baixas	(77.696)	(2.152)	(5.030)	–	(632)	(85.510)
Depreciação	–	(74.976)	(820.925)	–	(121.981)	(1.017.882)
Transferências Internas	–	34.082	404.981	(553.920)	114.857	–
Incorporação de controladas (iii)	228.961	32.744	19.159	–	2.112	282.976
Outros	10.628	2.384	(7.770)	–	12.802	18.044
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.998.046	1.764.260	8.033.766	565.161	237.958	12.599.191

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(ii) Juros capitalizados ao ativo imobilizado relacionado aos financiamentos captados para custeio de projetos de investimento, como Projeto Puma, vide notas explicativas 14, 15 e 21.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2015	2.008.613	556.369	3.125.234	6.113.248	205.682	12.009.146
Adições (i)	37.732	33.453	1.648.987	1.648.987	6.463	3.275.119
Baixas	(16.041)	(7.734)	(71.453)	(148)	51.526	(43.850)
Depreciação	–	(61.955)	(655.942)	(87.935)	(805.832)	(1.591.664)
Transferências Internas	40.908	1.303.963	6.063.638	(7.463.811)	55.302	–
Juros capitalizados (ii)	–	–	–	130.640	–	130.640
Outros	(3.314)	(16.178)	(30.860)	30.489	7.824	(12.039)
Saldo 31 de dezembro de 2016	2.067.898	1.807.918	8.455.001	459.405	238.862	13.030.184
Adições (i)	3.374	–	4.870	660.901	451	669.596
Baixas	(77.696)	(2.152)	(5.247)	(65)	(757)	(85.917)
Depreciação	–	(75.112)	(822.236)	–	(122.273)	(1.019.621)
Transferências Internas	–	43.283	410.110	(563.025)	109.632	–
Incorporação de controladas (iii)	–	–	9.027	–	–	9.027
Outros	10.628	9.753	(9.546)	(294)	(17)	10.524
Saldo 31 de dezembro de 2017	2.004.105	1.766.170	8.044.037	566.423	238.760	12.619.495

A depreciação foi substancialmente apropriada ao custo de produção do exercício. Com o início das operações do Projeto Puma em abril de 2016, a capitalização de juros ao imobilizado foi interrompida.

c) Vida útil e método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa – %
Edifícios e construções	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações (i)	2,86 a 10
Outros	4 a 20

(i) Taxa predominante de 8%.

d) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) finalização do Centro de Tecnologia de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos no Paraná e (ii) Aquisição de novas impressoras para o segmento de Conversão. (iii) Renovação de maquinário de corte e silvicultura, (iv) outros investimentos correntes nas operações da Companhia.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (Impairment)

A Companhia, na aplicação dos requisitos do CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36), efetuou as análises aplicáveis e não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

13 Ativos Biológicos

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra curta, longa e fluff, bem como utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui 229 mil hectares (232 mil hectares em 31 de dezembro de 2016) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Custo de formação dos ativos biológicos	1.076.381	832.519
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	2.196.115	1.564.943
	3.272.496	2.397.462
	2017	2016
	1.433.608	1.181.274
	2.714.171	2.475.322
	4.147.779	3.656.596

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

(ii) As florestas, após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos (madeira em pé), denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras.

	Juros anuais %	Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
BNDES – Projeto Puma	6,0 ou TJLP + 1,98 a 2,48	289.836	1.662.671	1.952.507
BNDES – Outros (i)	TJLP + 2,06 a 3,28	61.860	79.779	141.639
	2,50 a 10 ou TJLP + 2,06 a 3,28	–	–	–
BNDES – FINAME	–	98.107	110.186	208.293
Notas de crédito à exportação (em R\$)	104,50 a 105,50 CDI	148.478	670.000	818.478
	95 a 97,5 do CDI	14.571	1	

... continuação das Notas Explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total R\$ mil	Taxa de Juros	Vencimento	Amortização	Juros	Natureza	Bônus de subscrição	Controladora
1ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 7,25%	15/06/2020	Sem amortização	Semestral	Dívida conversível	Sim	
2ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 2,50%	15/06/2022	Semestral	Semestral	Dívida	Não	
	55.555.000		799.992							

(i) 1ª Série – As Debêntures da 1ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2020, terão rendimento de IPCA + 7,25% ao ano, com pagamento de juros semestralmente com dois anos de carência, sem amortização do principal, e têm natureza de dívida conversível, haja vista que podem ser utilizadas a qualquer tempo até o vencimento, a critério do titular, para subscrever e integralizar em ações de emissão da Companhia na forma de "Units" (composta por 1 ação ordinária – ON e 4 ações preferenciais – PN), na proporção de 1 (uma) "Unit" para cada Debênture, por meio do exercício dos bônus de subscrição que serão atribuídos como vantagem adicional aos debenturistas.

(ii) 2ª Série – As Debêntures da 2ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2022, terão rendimento de IPCA + 2,50% ao ano, pagos semestralmente juntamente com a amortização do principal, com dois anos de carência, e não têm natureza de dívida conversível, estando, portanto desatreladas dos Bônus de Subscrição.

O adquirente da 1ª Série obrigatoriamente deve adquirir debêntures da 2ª Série. Foi alocado ao patrimônio líquido, o montante de R\$ 28.503 decorrente do bônus de subscrição das debêntures emitidas. Cabe aos debenturistas a possibilidade de conversão das debêntures em "Units" de forma antecipada a qualquer momento.

Foram subscritas pelo BNDES 98,86% das debêntures e o restante pelos demais acionistas no mercado.

c) Composição do saldo de debêntures

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Passivo circulante						
Principal	61.538	61.538	61.538	61.538	61.538	61.538
Juros	130.801	141	130.942	136.000	69	136.069
Correção monetária/Participação dos resultados	46.796	–	46.796	47.473	–	47.473
Ajuste a valor presente de juros	–	–	–	–	–	–
177.597	61.679	239.276	183.473	61.607	245.080	
Passivo não circulante						
Principal	615.343	615.343	615.343	615.343	615.343	615.343
Juros	–	–	–	–	–	–
Ajuste a valor presente de juros	–	–	–	–	–	–
Correção monetária/Participação dos resultados	–	–	–	–	–	–
Bônus subscrição	–	–	–	–	–	–
634.594	634.594	634.594	634.594	634.594	634.594	634.594
Total do passivo das debêntures	177.597	696.273	873.870	367.179	742.357	1.109.536

Patrimônio líquido – reserva de capital

	2017	2016	2015
Debênture emitida	1.559.282	–	1.559.282
Juros até o vencimento a valor presente (410.119)	–	(410.119)	(410.119)
Bônus subscrição	–	28.503	28.503
Custo emissão da debênture (29.841)	–	(29.841)	(29.841)
1.119.322	28.503	1.147.825	1.280.095
Total	1.298.644	2.021.695	1.618.771

Em 2017 foram pagos R\$ 186.003 de juros das debêntures da 6ª Emissão e o montante de R\$ 88.796 das debêntures da 7ª Emissão.

d) Movimentação sumária do passivo das debêntures

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.470.489
Provisão de Juros e variação Monetária	125.029
Pagamento de Juros	(450.140)
Pagamento de participação Resultado debênture 6ª	(64.863)
Ajuste a valor presente	29.016
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.109.536
Provisão de Juros e vari. Monetária	98.984
Pagamento de Juros	(274.801)
Pagamento de participação Resultado debênture 6ª	(74.945)
Ajuste a valor presente	15.096
Saldo em 31 de dezembro de 2017	873.870

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Moeda nacional	630.444	590.754	631.182	591.234
Moeda estrangeira	71.596	29.148	82.430	43.622
702.040	619.902	713.612	634.856	

A Companhia, em geral, opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores operacionais de aproximadamente 38 dias (36 dias em 31 de dezembro de 2016). No caso de fornecedores de ativos imobilizados os prazos seguem negociação comercial de cada operação.

a) Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de arrendamento de terras para desenvolvimento da atividade florestal no cultivo de pinus e eucalipto firmado com terceiros nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina com vencimento até 2041. O arrendamento é calculado com base no realcarter acordado entre as partes pelos prazos definidos.

O quadro a seguir demonstra a projeção em 31 de dezembro 2017 dos valores que serão desembolsados ao longo dos anos.

	Controladora	Consolidado
2018	37.803	37.803
2019	36.922	36.922
2020	34.860	34.860
2021	31.323	31.323
2022	28.397	28.397
2023 – 2027	122.451	122.451
2028 – 2032	101.938	101.938
2033 – 2037	86.632	86.632
2038 – 2056	66.065	66.065
	546.391	546.391

A Companhia e suas controladas não têm na data dessa demonstração financeira outros compromissos futuros relevantes firmados que já não estejam divulgados.

17 Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2017			2016		
	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Passivo Líquido	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Passivo Líquido
Na controladora:						
Tributárias:						
. PIS/COFINS	–	–	–	–	–	29.744
. ICMS/PI	–	–	–	–	–	22.319
. IRI/CS	(3.573)	3.573	–	–	–	139
. OUTRAS	(1.655)	2.557	–	–	–	1.621
	(5.228)	6.130	–	–	–	53.823
Trabalhistas	(45.775)	16.768	(27.008)	–	–	–
Cíveis	(14.374)	3.659	(10.716)	–	–	–
	(65.377)	28.557	(37.724)			53.823
Nas controladas:						
Outras	–	1.001	1.001	–	–	–
Consolidado	(65.377)	29.558	(36.723)			53.823

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	2017			2016		
	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Passivo Líquido	Montante Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Passivo Líquido
Na controladora:						
Tributárias:						
. PIS/COFINS	–	–	–	–	–	28.366
. ICMS/PI	–	–	–	–	–	22.320
. IRI/CS	(3.573)	3.573	–	–	–	139
. OUTRAS	(1.546)	1.546	–	–	–	2.499
	(5.119)	5.119	–	–	–	53.324
Trabalhistas	(54.386)	21.475	(32.911)	–	–	–
Cíveis	(10.978)	4.331	(6.647)	–	–	–
	(70.483)	30.925	(39.558)			53.324
Nas controladas:						
Outras	–	1.455	1.455	–	–	–
Consolidado	(70.483)	30.925	(39.558)			54.779

c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas eram parte em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como "possíveis" que totalizam aproximadamente: R\$2.980.576, R\$251.702 e R\$104.080 respectivamente. Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos tem os prognósticos de perda avaliados como "possíveis", e, dessa forma, não são provisionados.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia figurava no plano passivo em diversos processos, tais como:

Processos de Natureza Tributária

(i) Processo judicial decorrente de Autos de Infração, por meio dos quais a fiscalização pretendeu exigir o IRPJ e a CSL, questionando a indubitabilidade, para fins de IRPJ, de despesas a título de royalties, amortizações indevidas de ágio e compensação indevida de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da CSL, em virtude de insuficiência de saldos, decorrente das glosas – risco de perda possível;

(ii) Execuções Fiscais e Processos Administrativos, propostos pelo Município de Lages-SC e do Rio de Janeiro-RJ, sob alegação de que a Companhia deixou de recolher ISS sobre a confecção e impressão de embalagens personalizadas que foram classificadas pela autoridade fiscal como "prestação de serviços de indústria gráfica" – risco de perda possível;

(iii) Mandado de Segurança que visa assegurar e resguardar o direito da Companhia de não se submeter à tributação estabelecida pela Lei nº 10.256/2001, que incluiu o artigo 22-A no texto da Lei nº 8.212/91, criando a contribuição previdenciária devida pela Agroindústria, cuja base de cálculo é a receita bruta proveniente da comercialização da produção, à alíquota de 2,6% em substituição ao recolhimento sobre a folha de salários, à alíquota de 20% – risco de perda possível;

(iv) Auto de infração decorrente de fiscalização que alega que a empresa auferiu ganho de capital tributável na operação por ela realizada, envolvendo sua controlada – risco de perda possível;

(v) Ação Rescisória ajuizada pela União Federal com a finalidade de afastar a aplicação da taxa SELIC, bem como das alíquotas previstas na resolução CIEX nº 2/79 – risco de perda possível;

(vi) Auto de Infração de PIS e COFINS por glosa de créditos apropriados e relativos a gastos florestais e gerais, indistinguíveis do processo produtivo da Companhia, mas entendidos, pela Receita Federal do Brasil, como insumos que não dariam direito ao crédito das contribuições – risco de perda remoto.

Processos de Natureza Civil

(i) Ação civil pública proposta pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná, tendo por objeto pedido de retirada de cano extravasador de efluentes da fábrica do leite do Rio Tibagi, bem como, a retirada do leite do Rio Tibagi de resíduos de carvão mineral queimado utilizado pela Companhia até 1998, na Comarca de Telêmaco Borba-PR – risco de perda provável;

(ii) Ação civil pública proposta pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná, tendo por objeto pedido de recuperação de solo e área de preservação permanente, atingidos por vazamento de soda cáustica utilizada pela Companhia para tratamento de carvão em aterro industrial sito na Comarca de Telêmaco Borba-PR – risco de perda remoto;

(iii) Ação de Indenização por perdas e danos, em virtude de sua substituição por outra empresa fornecedora de Pallets que, conforme alegado pela Autora, ocasionou danos materiais, lucros cessantes e danos morais – risco de perda possível.

Processos de Natureza Trabalhista

Os principais pedidos estão relacionados a horas extras, adicional noturno, dano moral, dano material, pensão vitalícia e adicional de insalubridade e periculosidade, além de indenizações e responsabilidade subsidiária de terceiros. Embora o número de ações trabalhistas seja elevado, nenhuma ação considerada individualmente é relevante suficiente a ponto de poder impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados que mereça destaque.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja virtualmente certo.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos alguns processos são avaliados como "prováveis" de ganho de causa. Dentre os referidos processos, destaca-se o requerimento ao crédito presumido de IPI sobre as aquisições de energia elétrica, óleo combustível e gás natural utilizados no processo produtivo.

e) Adesão ao REFIS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar do REFIS (Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13) registrado na controladora e no consolidado, totaliza R\$ 378.943, sendo R\$ 71.467 contabilizado no curto prazo e R\$ 307.476 no longo prazo (R\$ 407.248 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$ 66.884 no curto prazo e R\$ 340.364 no longo prazo). Estes valores são atualizados pela taxa efetiva de juros que considera os valores futuros e a variação da Selic, sendo pagos em parcelas mensais, com liquidação prevista para 2029.

18 Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017 está dividido em 4.786.088.890 ações (4.733.181.140 em 31 de dezembro de 2016), sem valor nominal, correspondente a R\$ 2.516.753 (R\$ 2.384.484 em 31 de dezembro de 2016), assim distribuído:

	2017		2016	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Clabin Irmãos & Cia	941.837.080	–	941.837.080	–
Nitlab Participações S/A	142.023.010	–	142.023.010	–
Capital World Investors	60.208.500	240.834.000	58.026.600	232.106.400
The Bank of New York Department	54.419.292	217.677.168	57.901.224	231.604.896
Monteiro Aranha S/A	55.333.872	221.366.938	49.290.692	197.194.218
BNDESPAR	42.554.908	170.219.632	42.573.128	170.292.512
BlackRock, Inc	41.730.587	166.922.348	30.186.337	120.745.348
Outros em tesouraria	30.736.688	122.946.752	31.947.800	127.791.200
Ações	491.008.128	1.786.269.987	495.484.644	1.804.176.051
	1.859.852.065	2.926.236.825	1.849.270.515	2.883.910.625

Além das ações ordinárias e preferenciais nominativas, a Companhia negocia certificados de depósito de ações, denominados "Units", correspondentes ao lote de 1 (uma) ação ordinária – ON e 4 (quatro) ações preferenciais – PN.

O capital autorizado da Companhia é de 5.600.000.000 de ações nominativas ordinárias – ON e/ou nominativas preferenciais – PN aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de março de 2014.

Aumento de capital pelo exercício do direito de conversão das debêntures

Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão, durante o ano de 2017 foi homologado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital social subscrito e integralizado, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 132.269, com emissão de 10.581.550 ações ordinárias e 42.326.200 ações preferenciais, correspondentes à conversão de 2.116.310 debêntures supra mencionada, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passa para R\$ 2.516.753.063 dividido em 4.786.088.890 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.859.852.065 ações ordinárias e 2.926.236.825 ações preferenciais.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém em tesouraria 153.683.440 ações de sua própria emissão, correspondente a 30.736.688 "Units". O preço em 31 de dezembro de 2017 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 17,60 por "Unit" (código KLBN11 na BM&FBOVESPA). Em janeiro de 2017 a Companhia efetuou a recompra de 550.000 "Units", com preço médio de R\$16,58 por "Unit" e valor total de recompra equivalente a R\$11,468.

De acordo com o Plano de Outorga de ações, descrito na nota explicativa 22, concedido como remuneração de longo prazo aos executivos da Companhia, em fevereiro de 2017 foram alienadas 4.420.270 ações mantidas em tesouraria, correspondentes a 884.054 "Units", e concedido em regime de outorga o usufruto de 4.420.270 ações, correspondentes a 884.054 "Units", baixadas de tesouraria.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado ("deemed cost") para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009; variação cambial de controladas mantidas no exterior com moeda funcional diferente da controladora; saldos referentes ao plano de outorga de ações concedido aos executivos (nota explicativa 22); e atualizações do passivo atuarial.

	Controladora e consolidado	2017	2016
Custo atribuído imobilizado (terras)	1.058.939	1.085.208	–
Variação cambial controlada exterior	(63.018)	(56.509)	–
Plano de outorga de ações	2.486	4.119	–
Passivo atuarial	(10.491)	(4.580)	–
	987.916	1.028.238	–

A variação cambial de controlada no exterior será realizada contra o resultado somente no caso de alienação ou perecimento da investida. Os demais itens que compõem o saldo de ajuste de avaliação patrimonial, por conta de sua natureza e força de norma contábil, não serão realizados contra o resultado, mesmo na sua realização financeira.

d) Dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Também é previsto no Estatuto Social, a faculdade da Administração de distribuir dividendos intermediários durante o exercício de forma antecipada, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as contas do exercício.

A base de cálculo do dividendo obrigatório definida no Estatuto Social da Companhia é ajustada pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da "Reserva de Ativos Biológicos", outorgando aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento de cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Adicionalmente, é facultado à Companhia a distribuição de dividendos com saldos de "Reservas de Lucros" mantidos no Patrimônio Líquido.

A distribuição do lucro do exercício de 2017 está disposta da seguinte forma:

	Controladora
(=) Lucro líquido do exercício	532.169
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais (54.775)	(54.775)
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido – reserva incentivo fiscal) (23.870)	(23.870)
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos – próprios (428.553)	(428.553)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos – próprios (609.554)	609.554
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos – controladas (i) (50.937)	(50.937)
(+) Realização de custo atribuído imobilizado (terras) (26.269)	26.269
(=) Lucro base para distribuição do dividendo obrigatório	609.857
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	152.464

</



... continuação das Notas Explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Segmentos Operacionais

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

- (i) Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis e celulose da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.
- (ii) Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel kraftliner e papel reciclado nos mercados interno e externo.
- (iii) Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.
- (iv) Segmento de Celulose: envolve a produção e comercialização de celulose de fibra curta, longa e fluff nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corporativa/ Eliminação	1/1 a 31/12/2017 Total Consolidado
Receitas líquidas:						
· Mercado interno	330.025	1.637.193	2.460.640	596.822	(4.709)	5.019.971
· Mercado externo	–	1.313.568	214.112	1.825.671	56	3.353.407
Receita de vendas para terceiros	330.025	2.950.761	2.674.752	2.422.493	(4.653)	8.373.378
Receitas entre segmentos	1.359.939	1.312.464	23.659	62.795	(2.758.857)	–
Vendas líquidas totais	1.689.964	4.263.225	2.698.411	2.485.288	(2.763.510)	8.373.378
Variação valor justo ativos biológicos	789.661	–	–	–	–	789.661
Custo dos produtos vendidos	(2.177.832)	(3.023.422)	(2.272.631)	(1.702.068)	2.748.461	(6.427.492)
Lucro bruto	301.793	1.239.803	425.800	783.220	(15.049)	2.735.547
Despesas/ receitas operacionais	(95.677)	(379.705)	(332.440)	(333.844)	(41.829)	(1.183.495)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	206.116	860.098	93.340	449.376	(56.878)	1.552.052
Venda de produtos (em toneladas)						
· Mercado interno	–	555.590	714.606	294.130	–	1.564.326
· Mercado externo	–	548.009	47.221	1.060.880	–	1.655.110
· Entre segmentos	–	777.488	3.085	27.475	(808.048)	–
	–	1.881.087	764.912	1.382.485	(808.048)	3.220.436
Venda de madeira (em toneladas)						
· Mercado interno	2.595.973	–	–	–	–	2.595.973
· Entre segmentos	13.464.345	–	–	–	(13.464.345)	–
	16.060.318	–	–	–	–	2.595.973
Invest. caixa no período	330.753	277.077	97.029	209.887	10.539	925.973
Depreciação, exaustão e amortização	(1.023.699)	(292.418)	(62.525)	(550.628)	(11.217)	(1.940.487)
Ativo total – 31/12/2017	7.491.429	5.142.370	1.711.660	8.099.272	8.104.810	30.549.541
Passivo total – 31/12/2017	1.874.252	364.533	357.192	249.726	20.469.687	23.315.390
Patrimônio líquido – 31/12/2017	5.617.177	4.777.837	1.354.468	7.849.546	(12.364.877)	7.234.151

	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corporativa/ Eliminação	1/1 a 31/12/2016 Total Consolidado
Receitas líquidas:						
· Mercado interno	324.361	1.559.274	2.163.545	185.449	(2.672)	4.229.957
· Mercado externo	–	1.530.321	264.428	1.066.092	–	2.860.841
Receita de vendas para terceiros	324.361	3.089.595	2.427.973	1.251.541	(2.672)	7.090.798
Receitas entre segmentos	1.101.307	1.219.165	18.335	13.615	(2.352.422)	–
Vendas líquidas totais	1.425.668	4.308.760	2.446.308	1.265.156	(2.355.094)	7.090.798
Variação valor justo ativos biológicos	532.911	–	–	–	–	532.911
Custo dos produtos vendidos	(1.621.872)	(2.847.660)	(2.059.276)	(1.075.843)	2.377.628	(5.227.023)
Lucro bruto	336.707	1.461.100	387.032	189.313	22.534	2.396.686
Despesas/ receitas operacionais	(45.170)	(421.517)	(309.707)	(245.085)	22.939	(998.540)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	291.537	1.039.583	77.325	(55.772)	45.473	1.398.146
Venda de produtos (em toneladas)						
· Mercado interno	–	553.071	659.394	103.874	–	1.316.339
· Mercado externo	–	590.875	48.955	693.414	–	1.333.244
· Entre segmentos	–	763.464	2.975	9.040	(775.479)	–
	–	1.907.410	711.324	806.328	(775.479)	2.649.583
Venda de madeira (em toneladas)						
· Mercado interno	2.461.870	–	–	–	–	2.461.870
· Entre segmentos	11.922.206	–	–	–	(11.922.206)	–
	14.384.076	–	–	–	–	2.461.870
Investimentos no período	284.644	311.162	228.844	1.726.589	15.408	2.566.647
Depreciação, exaustão e amortização	(724.057)	(273.467)	(51.663)	(368.549)	(5.376)	(1.423.112)
Ativo total – 31/12/2016	7.293.614	5.612.131	1.489.221	8.605.092	6.313.671	29.313.729
Passivo total – 31/12/2016	1.562.441	601.323	244.223	330.453	19.474.953	22.213.393
Patrimônio líquido – 31/12/2016	5.731.173	5.010.808	1.244.998	8.274.639	(13.161.282)	7.100.336

O saldo na coluna Corporativa/Eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações do resultado financeiro e impostos sobre o lucro não foram divulgadas por segmento em razão da não utilização pela Administração dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida de 2017 e 2016:

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Valor	718.346	(1.822.500)	(1.729.800)	(1.927.000)	(2.084.000)	(1.108.900)	(3.770.900)	(11.724.754)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 1 bilhão anual e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, LIBOR, IPCA e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, Selic e IPCA, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" / "swap" contra a exposição desses riscos de mercados.

A prática adotada é de monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros é como segue:

	2017	2016
Aplicações financeiras – CDI	5.108.744	4.979.048
Aplicações financeiras – Selic	801.481	187.594
Aplicações financeiras – IPCA	434.905	403.709
Exposição ativa	6.345.130	5.570.351
Financiamentos – CDI	(2.278.965)	(1.021.915)
Financiamentos – TJLP	(2.302.439)	(2.813.850)
Financiamentos – Libor	(9.688.305)	(8.679.565)
Debêntures – IPCA	(696.273)	(742.357)
Exposição passiva	(14.965.982)	(13.257.687)

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operações de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 4 e 5, respectivamente.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do rating, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, deste que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Forneecedores	(713.612)	–	–	–	–	–	–	(713.612)
Financiamento/Debêntures	(3.445.565)	(3.028.750)	(3.028.750)	(3.176.208)	(4.413.713)	(2.456.219)	(4.648.262)	(24.197.467)
Total	(4.159.177)	(3.028.750)	(3.028.750)	(3.176.208)	(4.413.713)	(2.456.219)	(4.648.262)	(24.911.079)

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pela Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações.

Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14) e debêntures (nota explicativa 15), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (notas explicativas 4 e 5), e pelo saldo do patrimônio líquido (nota explicativa 18), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa, equivalente caixa e títulos e valores mobiliários	8.271.595	6.464.023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.549.411)	(18.468.547)
Endividamento líquido	(11.277.816)	(12.004.524)
Patrimônio líquido	7.234.151	7.100.336
Índice de endividamento líquido	(1,56)	(1,69)

b) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	2017	2016
Ativo – valor justo por meio de resultado		
· Caixa e equivalentes de caixa	7.028.422	5.872.720
	7.028.422	5.872.720
Ativo – empréstimos e recebíveis		
· Contas a receber de clientes (líquido de PECLD)	1.754.063	1.625.380
· Outros ativos	705.305	661.772
	2.459.368	2.287.152
Ativo – disponível para venda		
· Títulos e valores mobiliários	1.243.173	591.303
	1.243.173	591.303
Passivo – ao custo amortizado		
· Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.549.411	18.468.547
· Forneecedores	713.612	634.856
· Demais contas a pagar	1.124.875	1.087.383
	21.387.898	20.190.786

Valor Justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros ao

	Saldo 31/12/2017 US\$	Taxa	Cenário I RS ganho(perda)	Taxa	Cenário II RS ganho(perda)	Taxa	Cenário III RS ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	572.411	3,23	(43.274)	4,04	419.005	4,85	682.657
Contas a receber, líquido de PECLD	161.297	3,23	(12.194)	4,04	118.069	4,85	248.720
Outros ativos e passivos	(15.115)	3,23	1.143	4,04	(11.064)	4,85	(23.307)
Financiamentos	(4.262.956)	3,23	322.279	4,04	(3.120.484)	4,85	(6.573.478)
			267.954		(2.594.474)		(5.465.408)
Efeito líquido no resultado financeiro							
(i) Exposição a Juros							
A Companhia tem aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos e debêntures atrelados a taxa de juros pós-fixada do CDI, TJLP, IPCA, Selic e Libor. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas Demonstrações Financeiras, utilizando para Selic, Libor, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.							
Destá forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2017:							

	Saldo 31/12/2017 US\$	Taxa	Cenário I RS ganho(perda)	Taxa	Cenário II RS ganho(perda)	Taxa	Cenário III RS ganho(perda)	
Aplicações financeiras								
CDB's	CDI	5.108.744	9,95%	(156.328)	8,61%	(68.329)	10,34%	19.669
LFT's	Selic	801.481	7,00%	(2.004)	8,44%	11.521	10,13%	25.406
NTN – B	IPCA	434.905	3,90%	348	4,98%	4.675	5,97%	9.003
Financiamentos								
NCE (RS) e CRA	CDI	(2.278.965)	9,95%	69.736	8,61%	30.481	10,34%	(8.774)
BNDES	TJLP	(2.302.439)	7,00%	5.756	8,44%	(33.098)	10,13%	(71.951)
Debêntures	IPCA	(696.273)	3,90%	(557)	4,98%	(7.485)	5,97%	(14.413)
Pré-pagamento de exportação, BID e Finnvera	Libor	(8.710.198)	2,11%	(7.738)	2,74%	(55.549)	3,29%	(103.360)
								(117.784)
Efeito líquido no resultado financeiro								(144.780)

	1/01 a 31/12/2017 Consolidado
Receita Total (RS/milhões)	8.373.378
% na Receita Líquida Total	40%
País	
Argentina	320
Turquia	63
Equador	76
Sulça	76



... continuação das Notas Explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

formação biológica dos ativos florestais até a colocação dos mesmos em condição de uso/ venda durante o ciclo de formação.

Por tratar-se de uma expectativa do valor dos ativos refletida no resultado da Companhia, calculada a partir de premissas incluídas em fluxo de caixa descontado, sem o efeito caixa no mesmo momento de seu reconhecimento, a variação do valor justo é excluída do cálculo do LAJIDA (EBITDA).

(ii) Equivalência patrimonial e LAJIDA (EBITDA) de controlada em conjunto.

A equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o lucro/prejuízo auferido pela controlada calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento.

O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado com itens que são excluídos do cálculo do LAJIDA (EBITDA), tais como: resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, amortização, depreciação e exaustão e variação do valor justo dos ativos biológicos. Por este motivo, o resultado de equivalência patrimonial é excluído do cálculo, sendo adicionado o LAJIDA (EBITDA) gerado na controlada em conjunto proporcional a participação da Companhia e calculado de maneira consistente com os critérios acima.

(iii) Realização de custo atribuído imobilizado (terras)

Os efeitos do custo atribuído das terras alocado ao ativo imobilizado na adoção inicial do IFRS são ajustados no EBITDA quando realizado mediante alienação dos ativos, por não tratar-se de um efeito caixa que compõe o custo do ativo alienado.

2 Outras Informações

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a empresa de auditoria Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de seus honorários.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com seus auditores independentes está fundamentada em princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios, que seguem diretrizes internacionalmente aceitas, consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia divulga em seu Formulário de Referência no item 11 – Projeções, determinadas estimativas ao mercado sobre suas operações, tais como volume de vendas, alavancagem financeira e

custo caixa de produção de celulose, após o início de produção da sua unidade de celulose, dada sua relevância. As estimativas demonstradas são dados hipotéticos extraídos das projeções orçamentárias aprovadas pela Administração e não constituem promessa de desempenho, podendo haver distorções quando da sua efetiva realização. As premissas utilizadas referem-se substancialmente ao desempenho operacional e financeiro da nova fábrica de celulose ("Projeto Puma"), cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2016.

Algumas variáveis consideradas nas projeções realizadas em 2016 dependiam de fatores internos da Companhia, tais como: cronograma de implantação do Projeto Puma, manutenção preventiva e corretiva de ativos, desempenho do processo produtivo, cumprimento de planejamento financeiro, manutenção de perfil de dívida, dentre outros. Por outro lado, existem determinadas variáveis que afetam as projeções apresentadas e não são de controle da Companhia, tais como: preço dos produtos, condições de mercado, câmbio, inflação e outras variáveis macroeconômicas, além de negociações envolvendo clientes e fornecedores.

A Administração da Companhia apresentou em 30/06/2016 as seguintes projeções com base no seu melhor julgamento:

i) Índice de alavancagem financeira (Dívida Líquida/EBITDA) de 4,2x ao fim de 2016 e 3,2x ao fim de 2017;

ii) Custo caixa de produção de celulose 25% menor ao fim de 2018 em relação ao custo de R\$890 por tonelada registrado no 2º trimestre de 2016.

Conforme o parágrafo 2º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, as projeções devem ser revisadas periodicamente no mínimo uma vez ao ano, assim como os resultados obtidos nas projeções deve ser confrontados quando realizados ou atingindo-se o período previsto.

Índice de alavancagem financeira

Em 31 de dezembro de 2016 o índice de alavancagem financeira da Companhia apresentou 5,2x a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, valor superior à expectativa divulgada de 4,2x. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 4,1x, valor superior à expectativa divulgada de 3,2x.

As estimativas apresentadas foram substancialmente afetadas pelas mudanças nas condições do mercado que impactaram as operações da Companhia, em especial o preço da celulose e câmbio. Considerando os resultados do 4º trimestre de 2017, onde foi auferido um EBITDA Ajustado de R\$ 855 milhões, de forma anualizada, que contemplam vendas de celulose e produção em níveis próximo do

normal dos negócios da Companhia para mensuração de um período de 12 meses ideal, o índice de alavancagem apresentaria a relação de 3,3x.

Custo caixa de produção de celulose

Ao longo do terceiro trimestre de 2017, o custo caixa de produção do projeto Puma atingiu o valor de R\$ 681 por tonelada, alcançando o patamar que havia sido projetado pela Companhia.

Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a administração da Klabin S.A. vem apresentar a presente proposta de Orçamento de Capital para aprovação na Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 8 de março de 2018.

Com base na Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2017, a Companhia está constituindo R\$ 196 milhões na formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, conforme previsão disposta no artigo 29 de seu Estatuto Social, extraídos do Lucro Líquido do exercício de 2017 de R\$ 532 milhões.

O orçamento dos investimentos para o ano de 2018, aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2017, totaliza R\$ 1.042 milhões, assim distribuídos:

Investimentos	R\$ Milhões
Projetos especiais – Expansão	300
Manutenção das operações	488
Silvicultura	254
Total	1.042

A Administração acredita que a retenção dos referidos R\$ 196 milhões representa um fortalecimento do capital de giro conferindo maior estabilidade e agilidade no financiamento das suas operações para os investimentos previstos ao longo do exercício de 2018, utilizando-se fontes de capital próprio e de terceiros.

A destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela Administração desta, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente. Considerando as razões acima expostas, propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

A Administração da Companhia permanece à disposição dos Senhores Acionistas para prestar os esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração da Klabin S.A.

Conselho de Administração

Daniel Miguel Klabin – Presidente			
Conselheiros			
Armando Klabin Celso Lafer Francisco Lafer Pati	Helio Seibel Horácio Lafer Piva Israel Klabin	Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho Roberto Klabin Martins Xavier Roberto Luiz Leme Klabin	Rui Manuel de Medeiros d'Espinoza Patrício Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Vera Lafer

Conselho Fiscal

João Adamo Junior João Alfredo Dias Lins João Verner Jueneemann	Vivian do Valle Souza Leão Mikui Wolfgang Eberhard Rohrbach	Cristiano Cardoso Teixeira – Diretor Geral Eduardo de Toledo – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores	Arthur Canhisaes – Diretor Francisco Cezar Razzolini – Diretor
		Pedro Guilherme Zan Controller – CRC 1SP 168.918/O-9	Leonardo Garcia Guerra Fialho Contador – CRC 1SP 315.250/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da KLABIN S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 3º, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017, datado de 31 de janeiro de 2018.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

Cristiano Cardoso Teixeira – Diretor Geral

Eduardo de Toledo – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Arthur Canhisaes – Diretor

Francisco Cezar Razzolini – Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da KLABIN S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 3º, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 89.637.490/0001-45, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017, datado de 31 de janeiro de 2018.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

Cristiano Cardoso Teixeira – Diretor Geral

Eduardo de Toledo – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Arthur Canhisaes – Diretor

Francisco Cezar Razzolini – Diretor

Parecer do Conselho Fiscal

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Klabin S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações: (i) do resultado, (ii) do resultado abrangente, (iii) das mutações do patrimônio líquido, (iv) fluxo de caixa e (v) da demonstração do valor adicionado, acompanhadas das correspondentes notas explicativas e do Relatório da Ernst Young Auditores Independentes; assim como o resumo das principais práticas contábeis, notas explicativas e a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2018. Com base nesses documentos examinados, no relatório da Ernst Young Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, datado de 31 de janeiro de 2018, sem ressalvas e nos esclarecimentos prestados pelos representantes da administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam por unanimidade, que as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as

atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e que, juntamente com o Relatório da Administração e com a proposta de destinação do resultado, bem como a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2018, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

Cristiano Cardoso Teixeira – Diretor Geral

Eduardo de Toledo – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Arthur Canhisaes – Diretor

Francisco Cezar Razzolini – Diretor

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Klabin S.A. São Paulo-SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Klabin S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Klabin S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Significativos assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Créditos tributários
Em 31 de dezembro de 2017, dos montantes de créditos tributários recuperáveis, nos montantes de R\$1.842.318 mil e R\$1.854.748 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, R\$951.657 mil e R\$951.706 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, divulgados nas notas explicativas 9 e 10, respectivamente, são oriundos principalmente de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, que estão diretamente associados à projeção dos lucros tributários futuros, e créditos de ICMS e IPI a recuperar, que estão diretamente associados a expectativa de ICMS e IPI a pagar para compensação de tais créditos.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos e complexidade do processo de mensuração das projeções de lucros tributários futuros, que se baseiam em estimativas e premissas cuja realização é afetada por condições de mercado e de cenário econômico incertos, assim como, a complexidade da legislação fiscal e os reflexos contábeis e fiscais decorrentes da subvenção concedida pelo Estado do Paraná, especificamente para o tributo ICMS, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em impostos para nos ajudar a avaliar os impactos fiscais envolvidos, bem como, o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão das premissas utilizadas, pela Companhia e suas controladas, na montagem do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável dos créditos tributários, o qual considera estimativas de resultados futuros, estimativas de vendas futuras e de desconto, projeção de inflação, cotação de moedas estrangeiras, rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas e margem de lucro.

Revisamos ainda, as divulgações nas notas explicativas 9 e 10, efetuadas pela Companhia a origem dos montantes, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e realização de tais créditos no curto e longo prazo.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas para realização dos referidos créditos tributários adotados pela Administração, assim como as

respectivas divulgações nas notas explicativas 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração dos ativos biológicos

A Companhia registra suas florestas de eucalipto e pinus (ativos biológicos) a valor justo. Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo dos ativos biológicos consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 13, era de R\$4.147.779 mil.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos e complexidade do processo de determinação do valor justo dos ativos biológicos, que conforme divulgado nas notas explicativas 2.2.i) e 13 leva em consideração diversas premissas que envolveram alto grau de julgamento da administração da Companhia, tais como: índice de crescimento das florestas, a idade das florestas quando o valor justo se diferencia do seu custo histórico, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, estimativas de produtividade, projeções de volume de colheita e preço da madeira em pé, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos relacionados à atividade florestal da Companhia e suas controladas, envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de índice de crescimento das florestas, a idade das florestas quando o valor justo se diferencia do seu custo histórico, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, estimativas de produtividade, projeções de volume de colheita e preço da madeira em pé, bem como avaliação da adequada divulgação pela Companhia acerca das premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo, tanto no ativo não circulante como seus reflexos no resultado do exercício, nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas para a mensuração do valor justo dos ativos biológicos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.2j) e 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes individuais e consolidados

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 31 de janeiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é respon-

sável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2018.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Rita de C. S. Freitas
Contadora
CRC 1SP 214.160/O-5